

**Rede de Instituições Públicas do Ensino
Superior Politécnico com cursos de
Turismo (RIPTUR)**

**Plano Estratégico Plurianual
(2017/2020)**

Versão preliminar

Fevereiro/2017

ÍNDICE

1. Enquadramento	3
2. A perspetiva da Rede face às políticas de turismo e à reorganização das ofertas formativas e das redes de investigação	6
2.1. A incidência do turismo à escala mundial e em Portugal	6
2.2. Os desafios na formação/educação em turismo e o desempenho dos Institutos Superiores Politécnicos com cursos nesta área	9
2.3. Os Politécnicos Públicos Portugueses e um possível compromisso com o turismo, o ensino e o conhecimento	11
3. Desenvolvimento do Plano Estratégico 2017-2020	16
3.1. Programas e ações	17
3.2. Monitorização	17
Anexo 1	18
Programa 1 - Funcionamento da Rede	19
Programa 2 - Ensino e formação	20
Programa 3 - Investigação e desenvolvimento profissional	21
Programa 4 - Relações institucionais	22
Programa 5 - Relações com os stakeholders	23
Programa 6 - Internacionalização	24
Programa 7 - Conferências e reuniões	25
Programa 8 - Comunicação	25

1. Enquadramento

No dia 14 de novembro de 2016 foi outorgado o Acordo de Parceria Estratégica da Rede de Instituições Públicas do Ensino Superior Politécnico com cursos de Turismo. Esta iniciativa contou com a presença das Senhoras Secretárias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Turismo, do Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, dos Presidentes de todos os Institutos Superiores Politécnicos e das Escola Superiores (não integradas) envolvidos neste processo, bem como de outros agentes relevantes ligados ao ensino superior, à investigação e ao turismo.

As entidades signatárias do Acordo foram as seguintes:

- Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril;
- Instituto Politécnico de Beja;
- Instituto Politécnico de Bragança;
- Instituto Politécnico de Castelo Branco;
- Instituto Politécnico do Cávado e do Ave;
- Instituto Politécnico de Coimbra;
- Instituto Politécnico da Guarda;
- Instituto Politécnico de Leiria;
- Instituto Politécnico de Portalegre;
- Instituto Politécnico do Porto;
- Instituto Politécnico de Santarém;
- Instituto Politécnico de Setúbal;
- Instituto Politécnico de Tomar;
- Instituto Politécnico de Viana do Castelo;
- Instituto Politécnico de Viseu;
- Universidade do Algarve.

Os pressupostos que conduziram a celebração desta parceria estratégica radicam na consideração dos seguintes fatores:

- A importância do turismo em Portugal, bem como os seus efeitos no plano económico, social, patrimonial e territorial, o que pressupõe um alinhamento claro em torno das opções estratégicas que possam potenciar um desenvolvimento sustentável do setor;
- O reconhecimento do papel crucial que a formação superior representa na valorização dos recursos humanos que operam no turismo e o contributo facultado neste domínio pelo sistema politécnico;
- A consideração que as Instituições Públicas do Ensino Superior Politécnico, com ensino e/ou investigação na área do Turismo congregam áreas de interesse comum, partilhando objetivos académicos, científicos e culturais, bem como de

investigação e desenvolvimento, o que remete para vantagens de uma atuação concertada e assente em mecanismos de cooperação.

Neste contexto, o objetivo central desta iniciativa consiste na criação de condições para se assegurar o funcionamento em rede, tendo em vista a articulação, o incentivo e a promoção de atividades de interesse mútuo, designadamente ao nível da formação e das atividades ligadas à investigação na área do Turismo nas respetivas instituições.

Assim, para atingir este objetivo, desde que os meios disponíveis o permitam, as instituições envolvidas pretendem desenvolver atividades e procurar oportunidades de intervenção nas seguintes áreas:

- Agilização de processos que facilitem as parcerias a estabelecer entre os vários politécnicos e a criação de mecanismos que facilitem a circulação da informação relevante entre pares e a troca de boas práticas;
- Sensibilização do poder político para a necessidade de se garantir a articulação entre todos os agentes da dinâmica formativa em turismo;
- Harmonização e adequação das ofertas formativas tendo em consideração as prioridades definidas no Programa Nacional para a Coesão Territorial e na política do turismo em Portugal, quer na sua expressão nacional como regional;
- Aposta nos cursos técnicos superiores profissionais (TESP) na área do turismo, com foco em áreas temáticas que se relacionem com os interesses regionais e locais e com a vocação turística de cada zona onde se integram;
- Facilitação da transição entre o ensino profissional e o ensino superior politécnico, criando oportunidades de envolvimento entre as Escolas Profissionais com oferta formativa na área do turismo e os Institutos Politécnicos;
- Estímulo de parcerias de investigação que visem dar resposta às necessidades académicas, científicas, intelectuais, criativas, culturais, sociais e económicas de todas as instituições parceiras, bem como do próprio setor do turismo;
- Incentivo à criação de laboratórios colaborativos com os parceiros locais e regionais do turismo, de forma a estimular o emprego científico e a interação com as empresas e as instituições culturais, ambientais e sociais;
- Participação articulada em redes de investigação e educação do turismo de âmbito mais lato, envolvendo, nomeadamente, parcerias estratégicas com instituições do ensino superior universitário e politécnico, públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- Impulso das ações orientadas para a inovação, a criatividade e o empreendedorismo, fomentando por esta via o aumento dos níveis de empregabilidade e o lançamento de novos empresários com a formação adequada;

- Apoio à criação de linhas de apoio financeiro à investigação científica aplicada e ao desenvolvimento tecnológico, orientadas para a inovação do setor do turismo;
- Partilha de publicações, recursos académicos e científicos, e outras informações relevantes para as atividades de ensino, formação dos discentes e investigação em cada uma das instituições, em contexto de ciência aberta;
- Promoção de intercâmbios institucionais, nomeadamente com os países de língua oficial portuguesa, no âmbito dos quais se assegure a mobilidade dos alunos e a participação de elementos do pessoal docente e não-docente em atividades de ensino e/ou investigação e desenvolvimento profissional;
- Organização de conferências, sessões de formação e reuniões conjuntas no âmbito de atividades de disseminação e extensão de iniciativas de formação e de investigação.

Por outro lado, para operacionalizar o funcionamento da Rede das Instituições Públicas do Ensino Superior Politécnico com cursos na área do Turismo, a Comissão Instaladora da Rede formalizou junto do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), o pedido de criação da Comissão Especializada de Turismo.

Esta solicitação foi aprovada, pelo que existem condições para que a Comissão Especializada de Turismo funcione como suporte institucional da Rede, sem prejuízo da vinculação às disposições sobre o funcionamento das Comissões Especializadas do CCISP, as quais assentam nas disposições que integram o regimento aprovado por esta instituição em 2 de maio de 2006.

Assinale-se que esta articulação com o CCISP proporcionou a celebração do protocolo de cooperação entre esta entidade e o Turismo de Portugal, através do qual foram definidas as condições de colaboração e de reforço de relações, visando a potenciação dos objetivos comuns de valorização do ensino politécnico no turismo, o estímulo a ações de I&D baseadas na prática ou orientadas para a prática, e o aprofundamento de áreas temáticas que possam induzir o desenvolvimento de vantagens competitivas para Portugal.

Importa igualmente sublinhar que, nos termos do Acordo de Parceria Estratégica da Rede de Instituições Públicas do Ensino Superior Politécnico com cursos de Turismo, deverá ser apresentado, no prazo de três meses após a criação da Rede, um programa estratégico e de atividades plurianual, pelo que o presente documento pretende dar resposta a este compromisso.

2. A perspetiva da Rede face às políticas de turismo e à reorganização das ofertas formativas e das redes de investigação

Apresentam-se nos pontos seguintes, as notas que derivaram da reflexão efetuada pelas instituições que integram a Rede, com incidência sobre os aspetos mais relevantes relacionados com a evolução do turismo e das suas políticas, com os desafios resultantes para a formação e com as bases para um possível compromisso entre o turismo, o ensino superior politécnico e o conhecimento.

2.1. A incidência do turismo à escala mundial e em Portugal

Nas últimas décadas, o turismo converteu-se num dos setores mais preponderantes da economia internacional, sendo que as razões do seu forte crescimento (e do reforço expectável da sua importância na sociedade e nas economias de futuro) advêm de um leque alargado de fatores.

Neste contexto, importa enfatizar a influência de determinados fatores, entre os quais se podem destacar, o maior rendimento disponível nas famílias em termos globais (com conseqüente reforço na procura de turismo de novos países), o relevo crescente de novas economias fortes, as alterações nas relações entre o trabalho e o lazer (prolongamento da vida de trabalho, mas maior flexibilidade nos horários e períodos de lazer mais frequentes), o reforço do movimento migratório (abertura das fronteiras e maior mobilidade global), a eficiência acrescida e os menores custos dos sistemas de transportes e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicações (contratação *on-line* e a preços cada vez mais reduzidos).

Por outro lado, no domínio demográfico e social podem-se sublinhar alguns elementos de fundo, sobretudo os que decorrem da subida gradativa da idade da reforma, do reforço do envelhecimento da população e da ampliação do leque variado de estruturas familiares. Apesar das incertezas decorrentes do valor das reformas, da evolução das taxas de juro e do eventual agravamento das desigualdades sociais em alguns países, os diagnósticos convergem na constatação que se mantém, na generalidade, um quadro favorável ao desenvolvimento do turismo no mundo,

Assim, a Organização Mundial do Turismo (OMT) prevê que as receitas mundiais do turismo internacional possam atingir o quantitativo de 2 biliões de dólares dos EUA em 2020, o que implicará uma taxa de crescimento médio anual de 6 a 7% para o período 1995/2020, dupla da estimada para toda a economia (3,3% no máximo) e que conferirá ao turismo uma posição de liderança nas exportações mundiais.

Mas, a envolvente do turismo não se esgota nos vetores já destacados. Como fenómeno humano que é, o turismo também deve ponderar os elementos de

carácter pessoal, sobretudo os que derivam do comportamento dos consumidores e que permitem perspetivar os traços marcantes ligados à fragmentação dos consumos, à exigência de qualidade (segurança incluída), à procura por produtos diversificados e ao uso de formas alternativas de alojamento turístico, sobretudo no plano das denominadas residências secundárias.

Paralelamente ao cenário expansionista existente, observa-se a intensificação do quadro competitivo entre destinos, gerando-se um contexto de verdadeira globalização. Assinale-se também que esta realidade da concorrência internacional e inter-regional acrescida gerou dois efeitos que interessa não perder de vista. Por um lado, o aparecimento de novos destinos a atuarem à escala mundial, o que obrigou outros a repensarem as suas estratégias, sendo visível o reforço da preocupação com os desígnios da qualidade e da diversificação de produtos. Por outro lado, a forte concorrência entretanto gerada entre destinos e produtos turísticos forçou os operadores turísticos a optarem por uma flexibilidade acrescida na conceção e na apresentação dos seus produtos, de forma a corresponderem adequadamente às rápidas permutas observadas no mercado.

Em Portugal, o turismo converteu-se num dos sectores mais preponderantes para o desenvolvimento da economia nacional, pelo que é reconhecido consensualmente com um domínio estratégico. Com efeito, segundo os dados existentes, a evolução do turismo em Portugal, não obstante a inexistência de indicadores que permitam aferir a globalidade dos fluxos turísticos, traduziu-se nos dois últimos anos por um crescimento da procura internacional nos meios de alojamento coletivo recenseados. Paralelamente, as receitas imputáveis ao turismo internacional evidenciaram uma tendência crescente nos últimos anos, reforçando a sua importância ao nível das contas externas do país, particularmente no plano das exportações de bens e serviços. Por outro lado, a procura interna que vinha acusando claras dificuldades em retomar os níveis já observados em anos mais recuados, revelou no triénio 2014/16 uma recuperação também assinalável.

Neste contexto, importa sublinhar que Portugal seguiu as tendências observadas no turismo à escala europeia, as quais apontaram para um dinamismo nos últimos anos. Face a situações específicas verificadas em países concorrentes do Norte de África, na Grécia e na Turquia, o nosso país beneficiou de condições favoráveis, tendo potenciado estas vantagens e reforçado a sua posição no quadro competitivo internacional. Contudo, convém não perder de vista que o aproveitamento desta oportunidade conjuntural, não poderá relegar para segundo plano a concretização de uma estratégia autónoma, suportada em bases duradouras de desenvolvimento.

A aposta nas medidas que permitam potenciar as vantagens comparativas decorrentes da adequada gestão das variáveis controláveis (endógenas) também podem minimizar os riscos de exposição a acontecimentos fortuitos (terrorismo

internacional e crises económico-financeiras, entre outros), já que estes possuem um carácter aleatório e desenrolam-se à margem dos responsáveis por um destino.

Assim, Portugal deve priorizar a otimização das suas condições fatoriais (recursos naturais, culturais, de capital, de infraestruturas, de recursos humanos, etc.), apostar na qualidade e correta estruturação da oferta, garantir uma intervenção baseada nas parcerias entre os atores públicos e privados, repensar as estruturas de mercado, de organização e os circuitos de distribuição, estudar a procura e as suas características e, em conformidade, delinear uma estratégia integrada de marketing (onde o canal *online* se afigura preponderante).

Reforça-se o ponto de vista de que não é aconselhável fazer depender o desenvolvimento do turismo apenas dos estímulos da procura, como por vezes se quer fazer crer. Pelo contrário, é na organização correta da oferta turística, devidamente integrada num processo de planeamento integrado e de política global de ordenamento do território, que se podem lançar as bases mais seguras para a qualidade estável de um destino turístico.

Por outro lado, a pressão competitiva resultante da globalização está a provocar alterações nas estratégias das empresas turísticas. A propensão existente surge orientada no sentido da formulação de estratégias horizontais, onde se privilegiam fatores, tais como:

- A inovação, a diversificação e a diferenciação de produtos;
- A avaliação das oportunidades de negócio, nomeadamente, através da segmentação, da revisão e modernização dos processos de produção, do reforço do papel das novas tecnologias e da seleção criteriosa das ações de marketing;
- A identificação dos fatores críticos de sucesso ao nível das várias áreas funcionais das empresas;
- A melhoria da qualidade e valorização dos recursos humanos.

Neste contexto, a aposta na formação profissional constituirá uma realidade incontestada, o que conduzirá à necessidade de rever formas e modelos de ensino. Com efeito, se o objetivo reside no aumento do Valor Acrescentado do Turismo, tal facto obriga à imperiosa qualificação dos recursos humanos, revestindo este processo um carácter crítico para a oferta do turismo nacional, já que o relacionamento interpessoal assume uma relevância que não tem paralelo na maioria das outras atividades económicas, dele dependendo, em grande parte, a correspondência entre as expectativas (e os valores da marca) e a experiência vivida pelo cliente.

2.2. Os desafios na formação/educação em turismo e o desempenho dos Institutos Superiores Politécnicos com cursos nesta área

Os diagnósticos existentes destacam igualmente as possíveis vantagens decorrentes de uma eventual mudança no sistema educativo/formativo, passando-se a enfatizar mais a aprendizagem e formação ao longo da vida e as condições de adaptação dos recursos humanos às profundas alterações económicas, tecnológicas e socioculturais que caracterizam as sociedades contemporâneas e o fenómeno do turismo em particular.

Em Portugal, a experiência tem revelado que a mera existência de instituições a operarem ao nível da educação e da formação turística e hoteleira (rede do Turismo de Portugal, escolas ligadas ao IEFPP, escolas privadas profissionais, cursos superiores de turismo em vários politécnicos e universidades, ...) não se revela suficiente para assegurar a valorização do capital humano na perspetiva do aumento da competitividade turística nacional.

Assim, no plano das fragilidades do sistema do ensino do turismo em Portugal emerge, em primeiro lugar, a manutenção no nível profissional de uma filosofia de cursos iguais em praticamente em todas as escolas, ignorando-se as vantagens de uma aposta por ramos de especialização, a qual contém associada uma lógica de racionalização da oferta formativa, com expressão numa possível economia de custos, mas também no melhor encaixe em relação às políticas do turismo (onde a tónica dominante assenta na diversificação de produtos e nas vantagens da inovação ao longo da cadeia de valor) e às lógicas de potenciação turística regional conforme as vocações diferenciadas existentes em cada caso.

Trata-se de um modelo de ensino que assenta numa forte concentração nas profissões tradicionais dos serviços de alojamento (receção e andares) e de restauração (cozinha, pastelaria, mesa e bar), deixando de fora um conjunto de áreas associadas às necessidades emergentes, as quais apontam para novas funções que carecem de enquadramento adequado, a par das vantagens competitivas que podem decorrer da especialização de profissionais em segmentos muito particulares.

Como segundo constrangimento releva-se a ausência de mecanismos que facilitem a justaposição vertical entre o patamar do ensino profissional (e médio) com o ensino superior do turismo, o que dificulta a perspetiva de uma visão integrada por parte dos alunos que pretendem ascender aos níveis mais elevados de formação.

Por outro lado, ao nível do ensino superior do turismo, a estrutura da oferta formativa existente também prima pela disseminação geográfica e pela duplicação de cursos existentes, o que tem dificultado a mobilização de desejáveis sinergias de continuidade e de concentração, e impedido também que as grandes orientações

políticas e as estratégias governamentais incidentes sobre o turismo nacional possuam uma tradução operacional coerente ao longo da cadeia educativa, da base até ao topo (terceiro constrangimento).

Como quarto constrangimento, resultante do próprio ensino superior, decorre da necessidade de se garantir que a oferta de formação do turismo assente, no futuro, em bases de qualidade ao nível da preparação dos docentes, devidamente complementada com a indispensável componente laboratorial e com a interação pró-ativa com os *stakeholders* locais e regionais do turismo.

É fundamental que o conceito formal de formação surja no turismo associado a mecanismos estratégicos de ensino baseados nas oportunidades da cadeia de valor do turismo, colocando-se o foco nas parcerias a estabelecer com as instituições públicas regionais e locais, com os atores privados e com as suas associações, e com os próprios profissionais.

Esta questão remete-nos claramente para os desafios da investigação no ensino superior politécnico. Importa reconhecer que a investigação científica no turismo tem-se pautado por um lento desenvolvimento, o que pode ser explicado em parte, pelo facto de estarmos na presença de um fenómeno relativamente jovem, com clara expansão apenas na sociedade contemporânea.

Contudo, existem outros fatores que não podem ser esquecidos. Desde logo, o facto de se tratar de uma disciplina que se integra no domínio das ciências sociais, em relação às quais se têm colocado embaraços na aplicação do método científico desenvolvido pela escola empírica ou pela corrente positivista. Por outro lado, observa-se no turismo o peso dos chamados métodos informais (concretização da passagem de conhecimento entre indivíduos sem a garantia da sua exatidão) e as exigências da perspectiva pluridisciplinar (como decorre das características do fenómeno em si), o que reforça a complexidade da sua abordagem.

Detetam-se igualmente obstáculos que derivam do distanciamento, em geral, entre a escola (extensivo a todos os sistemas de ensino) e as empresas. Estas últimas "desconhecem" o mundo académico e não têm experiência em atividades conjuntas com ele; por outro lado, os estabelecimentos de ensino superior "carecem de estímulos" para a aproximação às empresas, de modo a orientarem-se convenientemente para o mercado e a não se fecharem excessivamente no seu mundo e nas suas organizações internas.

Sem descurar as práticas no âmbito da investigação fundamental, os Institutos Superiores Politécnicos devem concretizar apostas decididas no plano da investigação aplicada, de modo a produzirem contributos que aumentem a massa crítica do setor e que permitam resolver situações concretas do sistema turístico e

dos seus atores. Neste sentido, as agendas de investigação aplicada devem ser dirigidas para temas que permitam um aprofundamento de áreas que podem induzir o desenvolvimento de vantagens competitivas das próprias regiões.

A opção pelo modelo de *“Tourism learning-area”* preconizado pela Comissão Europeia ganha especial acuidade neste contexto, já que na prática pressupõe uma efetiva parceria entre as instituições públicas regionais e locais, os atores privados, as suas associações, os profissionais e os estabelecimentos de ensino superior, a qual se consubstancia na geração de sistemas formais e não formais de ensino, a par da criação de serviços especializados de apoio direto ao empresário e no desenvolvimento de projetos de aplicação.

Desta forma, ao colocarem-se os Institutos Superiores Politécnicos como elementos pivôs das redes regionais/locais de turismo, assegura-se a integração de interesses através de uma sinergia dinâmica que congrega objetivos empresariais e da própria região onde se desenvolve. Com efeito, este modelo de parceria tem em conta a malha empresarial fragmentada do sector do turismo, coloca o foco nas parcerias, cria condições para a concretização de projetos de I&D, abandona o conceito formal de formação/educação e pode viabilizar a implementação de mecanismos estratégicos de ensino baseados nas oportunidades da cadeia de valor do turismo. Por outro lado, esta perspectiva facilita a cooperação e sinergia de redes colaborativas de caráter local/regional, não dispensando a articulação com as políticas definidas a nível nacional, as quais devem compatibilizar o mosaico diferenciado de realidade geográficas distintas existentes no país.

Como apontamento final, sublinha-se a necessidade dos ISP projetarem, junto dos *stakeholders* do turismo, a ideia de que não competem no mercado de produtos, mas que podem, e devem ser, parceiros preferenciais.

2.3. Os Politécnicos Públicos Portugueses e um possível compromisso com o turismo, o ensino e o conhecimento

No âmbito da agenda “Compromisso com o Conhecimento e a Ciência” foi celebrado, em 16/06/2016, um contrato entre o Governo e a maioria dos politécnicos públicos, o qual estipula um conjunto de aspetos a serem garantidos pelas partes signatárias. No bloco dos compromissos do Governo sobressaem pontos relacionados com as dotações orçamentais a transferir para os politécnicos, o apoio específico à modernização e valorização do ensino politécnico (linha de financiamento para atividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico baseadas na prática e orientadas para a inovação nos setores produtivo e social) e a criação de um quadro legal e de apoio financeiro à criação de emprego científico e académico.

Por outro lado, os politécnicos públicos comprometeram-se a prosseguir o processo de melhoria do seu desempenho nas dimensões do ensino, investigação e interação com o tecido produtivo, social e cultural, contribuindo para um modelo de desenvolvimento sustentado, assente no conhecimento e no alargamento progressivo da formação de nível superior a grupos mais diversificados da população.

Neste contexto, os politécnicos públicos com cursos de turismo, reconhecem a possibilidade de particularizar algumas cláusulas do contrato no contexto deste setor de atividade, pelo que se comprometem a desenvolver esforços nos seguintes domínios:

- Adequar as suas ofertas formativas graduadas e não graduadas em função das prioridades definidas para a política do turismo em Portugal, quer na sua expressão nacional como regional, de forma a assegurar a necessária valorização dos recursos humanos afetos a este setor de atividade;
- Harmonizar as designações dos cursos existentes, de forma a minimizar a situação atual onde existem cursos com designações diferentes e fins comuns e outros com designações iguais e fins diferentes;
- Sensibilizar a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) para as vantagens decorrentes de uma visão mais abrangente e diversificada em relação aos cursos de turismo, permitindo uma maior liberdade na construção curricular, de modo a assegurar-se uma maior ligação à região; Este ponto de vista não impede o reconhecimento da vantagem da existência de algumas unidades curriculares de base que sejam comuns a todos os cursos na área do turismo;
- Reforçar o ensino em inglês dos cursos na área do turismo e consolidar a aposta no regime de *e-learning*;
- Ponderar nos planos curriculares dos cursos de turismo a necessidade de orientação para as empresas e para o tecido socioeconómico em geral, garantindo-se a participação dos atores turísticos na definição dos conteúdos das unidades letivas; No fundo, deve-se sedimentar um sistema baseado na aquisição de competências que fazem apelo a processos ágeis, flexíveis e que possibilitem aos formandos as ferramentas indispensáveis para atuarem perante cenários concretos;
- Assegurar nos programas de algumas unidades letivas, a introdução de conteúdos significativos referentes à interpretação e valorização turística do património, dada a importância dos recursos, particularmente culturais, para o turismo e para a respetiva região;
- Incentivar as ações orientadas para a inovação, a criatividade e o empreendedorismo, dotando os alunos com as ferramentas necessárias para o desenvolvimento destas características, o que permitirá aumentar os níveis de empregabilidade e lançar novos empresários com a formação adequada;

- Robustecer a componente das tecnologias e sistemas de gestão de informação nos planos curriculares, de modo a garantir que os alunos possam ser competitivos no atual mercado de trabalho;
- Apostar nos cursos técnicos superiores profissionais (TESP) na área do turismo, selecionando áreas temáticas que se relacionem com os interesses regionais e locais e com a vocação turística de cada zona onde se integram;
- Reforçar a articulação entre o ensino e a investigação no turismo, alargando a prática efetiva de atividades de investigação científica no âmbito dos planos de estudos dos seus cursos e de outras ações de formação, bem como a prática de estágios em ambiente profissional;
- Estimular o desenvolvimento de ações de I&D baseadas na prática ou orientadas para a prática, nas quais se possam incluir os alunos;
- Incentivar a participação ativa dos docentes em projetos e iniciativas em estreita ligação com o mercado de trabalho e com os agentes públicos e privados dos territórios em que se inserem, devendo este elemento ser reconhecido, em contexto de avaliação, como um dos descritores de competências;
- Incrementar a prestação de serviços especializados aos atores turísticos como forma de dinamizar a investigação aplicada e de garantir um reforço das receitas próprias das suas instituições;
- Incentivar a criação de laboratórios ou de outras estruturas colaborativas com os parceiros locais e regionais do turismo, de forma a estimular o emprego científico e a interação com as empresas e as instituições culturais, ambientais e sociais;
- Promover as práticas do turismo sustentável e responsável, nomeadamente as que constam do Código Mundial de Ética do Turismo e que se relacionam com a utilização adequada dos recursos naturais, com a valorização da memória, da herança e da identidade cultural e patrimonial e com as práticas do turismo de inclusão social.

Por outro lado, entendem que a criação da rede de cooperação e articulação entre os politécnicos públicos com cursos do turismo constitui uma mais-valia que deve ser implementada e potenciada, visando a obtenção dos seguintes objetivos:

- Criação de um modelo colaborativo de dinamização e de qualificação da investigação produzida na área do Turismo, nomeadamente através da implementação de formas de cooperação que facilitem a constituição de redes internas e internacionais, onde os ISP possam estabelecer as parcerias adequadas para o efeito;
- Sequência do Programa de Modernização e Valorização dos Institutos Politécnicos na componente de hospitalidade, turismo e hotelaria, através da abertura de novos concursos (posteriores aos constantes do Aviso N.º 02/SAICT/2016 de 30/06/2016) que contribuam para a acumulação de

- competências e valorização do impacto dos institutos e escolas politécnicas no turismo, nomeadamente através do incentivo à prática de atividades de investigação científica aplicada e de desenvolvimento tecnológico baseadas na experiência e orientadas para a inovação do setor;
- Contratualização de uma linha de apoio financeiro por parte do Turismo de Portugal, IP, destinada ao desenvolvimento de estudos e outros projetos considerados de relevante interesse para o setor, a desenvolver pelos politécnicos em parceria com o próprio Turismo de Portugal ou com as Entidades Regionais de Turismo ou com as Associações empresariais do turismo;
 - Desenvolvimento de ações de sensibilização junto dos empresários do turismo de forma a consciencializá-los sobre a importância da valorização das carreiras profissionais, da opção por relacionamentos laborais mais estáveis e duráveis e da aposta permanente na formação dos seus ativos;
 - Sensibilização do poder político para a necessidade de se garantir a articulação entre todos os agentes da dinâmica formativa em turismo, a qual é regulada e monitorizada por várias entidades (ANQEP, IEFP, ME, MCTES, A3ES, Turismo de Portugal);
 - Concentração nos Institutos Superiores Politécnicos da responsabilidade exclusiva de ministrar cursos no turismo de qualificação europeia de nível 5;
 - Criação de mecanismos de cooperação com as escolas de ensino profissional do turismo ao nível regional, nomeadamente com as pertencentes à rede do Turismo de Portugal, de forma a complementar as ofertas formativas e a proporcionar aos alunos uma perspetiva de continuidade no ensino do turismo;
 - Sensibilização do poder político para as vantagens decorrentes da regulamentação profissional de atividades relacionadas com o turismo;
 - Estímulo da inserção em redes europeias de âmbito politécnico com cursos no turismo, tendo em vista a facilitação da internacionalização;
 - Incentivo à mobilidade dos alunos a nível internacional, já que a mesma facilita também a aprendizagem/aperfeiçoamento de um idioma, o que se repercute na vantagem de chegada ao mercado de trabalho com competências linguísticas devidamente incrementadas.

A realização de um encontro anual, a agilização de processos que facilitem as parcerias casuísticas a estabelecer entre os vários politécnicos e a criação de mecanismos que facilitem a circulação da informação relevante entre pares e a troca de boas práticas, assumem-se como os elementos nevrálgicos neste processo.

Por outro lado, na fase inicial da criação da RIPTUR, existia o consenso sobre as vantagens de integração na denominada “Rede de Investigação e Educação para o Turismo na Lusofonia” (RIETL), a qual resultaria de um acordo de parceria estratégica entre as Instituições do Ensino Superior Universitário e Politécnico,

Públicas e Privadas, com ensino ou investigação na área do Turismo. Contudo, a não formalização deste projeto, conforme posição assumida pelos seus responsáveis, conduziu a uma nova perspetiva para a abordagem dos desafios neste domínio, deixando na esfera da responsabilidade exclusiva dos ISP o compromisso de construírem um modelo que impulse as atividades de I&D.

Neste sentido, a RIPTUR deverá privilegiar a criação de uma linha de trabalho que permita equacionar a construção de uma plataforma integrada de investigação, a qual deverá ter reflexos positivos no plano individual de cada de cada Politécnico, mas também proporcionar uma resposta adequada ao nível do conhecimento científico que o setor do turismo necessita.

Por outro lado, a RIPTUR poderá igualmente facilitar a constituição de consórcios que possibilitem a oferta de determinados programas em conjunto e reforçar o papel do ensino politécnico no domínio do turismo, setor este onde as suas especificidades e necessidades encontram resposta primordial na vocação formativa proveniente do sistema politécnico.

De acordo com o levantamento efetuado por Salgado (2016), no ano letivo de 2016/17, foram disponibilizadas 1642 vagas em 45 licenciaturas no domínio do turismo, sendo que o subsistema politécnico possui 40 cursos contra 5 do sistema universitário, o que lhe confere um carácter estratégico no que concerne às políticas a adotar no domínio da formação superior em turismo.

Neste momento, encontra-se em curso a redefinição das linhas orientadoras para a política de turismo em Portugal (Estratégia Turismo 2027), sendo que os documentos preliminares existentes identificam, ao nível do diagnóstico, os seguintes pontos-chave relacionados com a formação:

- Escassez de recursos humanos qualificados no setor;
- Necessidade de uma maior articulação entre os agentes de formação na área do turismo;
- Orientação da formação para as necessidades das empresas;
- Insuficiência ao nível do conhecimento sobre o setor.

Por outro lado, no plano das intervenções, perspectiva-se a criação de áreas prioritárias em torno dos seguintes objetivos:

- Valorização dos profissionais da atividade turística;
- Promoção da formação profissional em turismo;
- Aprofundamento das atividades de I&D, com a devida transferência de conhecimento do ensino superior para as empresas;
- Difusão do conhecimento para os agentes do turismo;
- Capacitação dos empresários e gestores.

Conforme se pode verificar, identifica-se uma ampla margem de consenso entre a perspetiva da Rede dos Politécnicos com cursos de turismo e as orientações institucionais atrás expressas, o que vem reforçar o interesse de se criarem os mecanismos de interação necessários para o efeito.

Contudo, afigura-se conveniente reforçar o ponto de vista de que a qualificação dos recursos humanos do turismo deve derivar de um esforço articulado entre todos os níveis de ensino, não sendo apenas atingida através da formação profissional. Por outro lado, há que equacionar as necessidades emergentes que apontam para novas funções e que têm que ser convenientemente enquadradas, a par das vantagens competitivas que a qualificação de profissionais em segmentos muito particulares pode comportar.

A formação avançada para empresários deve ser outra área a expandir, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento de competências de visão estratégica, de gestão e de controlo; paralelamente, o esforço de formação deverá contemplar, também, os quadros públicos com responsabilidades neste setor.

Neste sentido, e como resposta às novas exigências nos modelos e processos de negócios, perspetivam-se necessidades claras de formação em áreas tais como a capacidade de gestão, o planeamento, a qualidade e a inovação, tendo em vista a aquisição de competências – chave em domínios estratégicos.

Face a estas notas adicionais, constata-se que o ensino superior politécnico deve ter um papel crucial nestes domínios, já que a sua vocação, eminentemente laboratorial e direcionada para as necessidades do mercado, corresponde aos requisitos que o setor do turismo reclama como indispensáveis.

3. Desenvolvimento do Plano Estratégico 2017-2020

Tendo cumulativamente em consideração, as premissas e os objetivos contantes dos pontos anteriores e do Acordo de Parceria Estratégica da Rede de Instituições Públicas do Ensino Superior Politécnico com cursos de Turismo, procede-se no presente capítulo ao detalhe do elenco dos programas e das ações que materializam o plano estratégico plurianual para o horizonte 2007/2020.

Como elementos adicionais de enquadramento, importa igualmente valorizar os seguintes aspetos:

- Existem metas na Estratégia Europa 2020, no Conselho Europeu, que apontam, para Portugal, uma redução da taxa de abandono precoce do sistema de ensino para 10% em 2020, um aumento para 40% da população entre os 30 e 34 anos com diploma de ensino superior ou equiparado e um aumento em I&D 2,7% a 3,3% em percentagem do PIB;

- O turismo é uma área científica e académica recente, de carácter iminentemente prático, sendo por isso importante reforçar o papel do ensino politécnico no referido domínio;
- Os Institutos Superiores Politécnicos pretendem assumir-se como grandes centros de criação e disseminação da investigação aplicada na área do turismo;
- Os diferentes *players* na área do turismo reclamam uma necessidade de inovação e diferenciação das suas ofertas, de modo a tornar as mesmas mais competitivas, perante um mercado que está em constante evolução qualitativa e quantitativa.

3.1. Programas e ações

Os programas de atuação associados a este desiderato foram agrupados em 8 grupos diferenciados, os quais proporcionaram no conjunto a listagem de 50 ações de intervenção. A distribuição programas/ações ficou com a seguinte configuração geral:

Programas	N.º Ações
Programa 1 - Funcionamento da Rede	9
Programa 2 - Ensino e formação	8
Programa 3 - Investigação e desenvolvimento profissional	8
Programa 4 - Relações institucionais	8
Programa 5 - Relações com os stakeholders	6
Programa 6 - Internacionalização	3
Programa 7 - Conferências e reuniões	4
Programa 8 - Comunicação	4
Total	50

No Anexo 1, procede-se à desagregação dos vários programas, utilizando-se para o efeito um modelo de quadro onde se identificam as ações, os prazos de execução, os descritivos das ações, os interlocutores e os responsáveis, de forma a se enquadrarem convenientemente as intervenções previstas.

3.2. Monitorização

A concretização do presente plano será convenientemente acompanhada, de forma a serem introduzidas as alterações e os aditamentos que se considerem justificáveis. Com efeito, no final de cada ano civil, será produzido um relatório parcelar de execução, o qual apreciará os desvios verificados na concretização das várias ações, além de propor a inclusão dos ajustamentos apropriados, o que poderá implicar a reformulação dos programas/ações agora estabelecidos, bem como a inclusão de novas áreas de trabalho.

Em reunião plenária da Rede serão decididas as alterações a introduzir no Plano de médio prazo, o qual funcionará sempre como o referencial das atividades a desenvolver.

03/02/2017

ANEXO 1

Programa 1 - Funcionamento da Rede

Ações	Prazo de execução	Descrição	Interlocutores	Responsável	Observações
1.1. Regimento de funcionamento	Até final de janeiro de 2017	Aprovação do regulamento de funcionamento da Rede e da sua ligação com a Comissão especializada de turismo do CCISP.	Parceiros da Rede	Comissão Instaladora	
1.2. Nomeação da Comissão Executiva	Até final de janeiro de 2017	Nomeação da Comissão Executiva da Rede em conformidade com o Regulamento de funcionamento.	Parceiros da Rede	Comissão Instaladora	
1.3. Operacionalização da Comissão Especializada de Turismo do CCISP	Até final de janeiro de 2017	Definição dos mecanismos de interação com a Comissão especializada de Turismo do CCISP.	Parceiros da Rede	Comissão Instaladora	
1.4. Elaboração do Plano Estratégico Plurianual (2017/2020) e respetiva monitorização	Até final de janeiro de 2018	Produção do documento-síntese sobre as atividades a desenvolver pela Rede. Implementação dos mecanismos de controlo anual dos programas e ações previstas.	Parceiros da Rede	Comissão Instaladora	
1.5. Criação da plataforma Web/portal	Até final de março de 2017	Definição do financiamento e do modelo de <i>layout</i> da plataforma Web/Portal.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva	
1.6. Circulação da informação relevante entre pares	Até final de abril de 2017	Agilização de processos que facilitem as parcerias a estabelecer entre os vários politécnicos e a criação de mecanismos que facilitem a circulação da informação relevante entre pares e a troca de boas práticas.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva	
1.7. Constituição de consórcios que possibilitem a oferta de determinados programas formativos em conjunto	2017 a 2020	Facilitação de parcerias a estabelecer entre os Institutos Superiores Politécnicos que possibilitem a oferta de determinados programas em conjunto e reforçar o papel do ensino politécnico no domínio do turismo.	Parceiros da Rede	Parceiros da Rede	
1.8. Partilha de recursos académicos, científicos e de publicações	2017 a 2020	Partilha de publicações, recursos académicos e científicos, entre os Institutos Superiores Politécnicos.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva e parceiros da Rede	
1.9. Criação de um sistema de informação sobre a oferta formativa existente nos Institutos Superiores Politécnicos	Até junho de 2017	Conceção e criação de um sistema de informação que permita disponibilizar dados regulares sobre a oferta formativa existente nos Institutos Superiores Politécnicos (cursos existentes, perfis dos alunos inscritos, níveis de penetração no mercado de trabalho e indicadores de investigação).	Parceiros da Rede	Comissão Executiva e parceiros da Rede. Constituição de um Grupo de trabalho específico.	

Programa 2 - Ensino e formação

Ações	Prazo de execução	Descrição	Interlocutores	Responsável	Observações
2.1. Estudo da adequação das ofertas formativas e das designações dos cursos	Até final de 2017	Criação de um Grupo de Trabalho para o estudo da adequação das ofertas formativas graduadas e não graduadas em função das prioridades definidas para a política do turismo em Portugal, quer na sua expressão nacional como regional; harmonizar as designações dos cursos existentes.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva e parceiros da Rede. Constituição de um Grupo de trabalho específico.	
2.2. Reforço do ensino em inglês	2017 a 2020	Reforço do ensino em inglês nos cursos na área do turismo.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
2.3. Desenvolvimento do e-learning	2017 a 2020	Consolidar a aposta no regime de e-learning, facilitando a troca de experiências e a criação de parcerias.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
2.4. Introdução de conteúdos significativos referentes à interpretação e valorização turística do património nos programas de unidades letivas	2017 a 2020	Assegurar nos programas de algumas unidades letivas, a introdução de conteúdos significativos referentes à interpretação e valorização turística do património, dada a importância dos recursos, particularmente culturais, para o turismo e para a respetiva região.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
2.5. Reforço da componente das tecnologias e sistemas de gestão de informação nos planos curriculares	2017 a 2020	Robustecer a componente das tecnologias e sistemas de gestão de informação nos planos curriculares, de modo a garantir que os alunos possam ser competitivos no atual mercado de trabalho.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
2.6. Ampliação da oferta de cursos técnicos superiores profissionais (TESP) na área do turismo	Até final de 2018	Aposta articulada nos cursos técnicos superiores profissionais (TESP) na área do turismo, selecionando-se áreas temáticas que se relacionem com os interesses regionais e locais e com a vocação turística de cada zona onde se integram os Insitutos Superiores Politécnicos.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva e parceiros da Rede. Constituição de um Grupo de trabalho específico.	
2.7. Sensibilização para as práticas do turismo sustentável e responsável	2017 a 2020	Assegurar nos programas de algumas unidades letivas, a introdução de conteúdos significativos referentes à interpretação e valorização turística do património natural e cultural.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
2.8. Constituição de parcerias que possibilitem a oferta integrada de determinados programas	2017 a 2020	Constituição de consórcios que possibilitem a oferta de determinados programas em conjunto e reforçar o papel do ensino politécnico no domínio do turismo.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	

Programa 3 - Investigação e desenvolvimento profissional

Ações	Prazo de execução	Descrição	Interlocutores	Responsável	Observações
3.1. Inovação, criatividade e empreendedorismo	2017 e 2018	Incentivar as ações orientadas para a inovação, a criatividade e o empreendedorismo, dotando os alunos com as ferramentas necessárias para o desenvolvimento destas características, o que permitirá aumentar os níveis de empregabilidade e lançar novos empresários com a formação adequada.	Parceiros da Rede e <i>stakeholders</i> do turismo (associações empresariais, empresas e atores regionais e locais).	Parceiros da Rede	
3.2. Articulação entre o ensino e a investigação no turismo	2017 e 2018	Reforçar a articulação entre o ensino e a investigação no turismo, alargando a prática efetiva de atividades de investigação científica no âmbito dos planos de estudos dos seus cursos e de outras ações de formação, bem como a prática de estágios em ambiente profissional.	Parceiros da Rede e <i>stakeholders</i> do turismo (associações empresariais, empresas, entidades públicas e atores	Parceiros da Rede	
3.3. Parcerias de investigação entre os Insitutos Superioes Politécnicos	2017 e 2018	Estímulo de parcerias de investigação que visem dar resposta às necessidades académicas, científicas, intelectuais, criativas, culturais, sociais e económicas de todas as instituições parceiras, bem como do próprio setor do turismo.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
3.4. Estímulo de ações de I&D baseadas na prática	2017 e 2018	Estímulo do desenvolvimento de ações de I&D baseadas na prática ou orientadas para a prática, nas quais se possam incluir os alunos.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
3.5. Criação de uma plataforma integrada de investigação no seio da RIPTUR	2017 a 2020	Criação de um modelo que configure uma solução para a existência de uma plataforma integrada de investigação, que impulse as atividades de I&D nos ISP e que assegure o conhecimento científico que o setor do turismo carece.	Parceiros da Rede	Parceiros da Rede	
3.6. Acesso a redes de investigação	2018 a 2020	Potenciação da RIPTUR como plataforma para fomentar a melhoria da qualidade e da quantidade de investigação produzidas na área do Turismo, nomeadamente através da criação de formas de cooperação que facilitem a constituição de redes internas e internacionais, onde os ISP possam estabelecer as parcerias adequadas para o efeito.	Parceiros da Rede	Parceiros da Rede	
3.7. Programas de apoio financeiro ao desenvolvimento de projetos de investigação	Até final de 2017	Sequência do Programa de Modernização e Valorização dos Institutos Politécnicos na componente de hospitalidade, turismo e hotelaria, através da abertura de novos concursos (posteriores aos constantes do Aviso N.º 02/SAICT/2016 de 30/06/2016) que contribuam para a acumulação de competências e valorização do impacto dos institutos e escolas politécnicas no turismo.	Parceiros da Rede, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, CCISP, Agência Nacional para a Inovação e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
3.8. Linha de apoio financeiro para estudos e projetos do Turismo de Portugal	Até final de 2018	Contratualização de uma linha de apoio financeiro por parte do Turismo de Portugal, IP, destinada ao desenvolvimento de estudos e outros projetos considerados de relevante interesse para o setor, a desenvolver pelos politécnicos em parceria com o próprio Turismo de Portugal ou com as Entidades Regionais de Turismo ou com as Associações empresariais do turismo (Protocolo CCISP/TP).	Parceiros da Rede, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, CCISP, Secretaria de Estado do Turismo e Turismo de Portugal, IP.	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	

Programa 4 - Relações institucionais

Ações	Prazo de execução	Descrição	Interlocutores	Responsável	Observações
4.1. Certificação dos cursos (A3ES)	Até final de 2017	Sensibilização da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) para as vantagens decorrentes de uma visão mais abrangente e diversificada em relação aos cursos de turismo, permitindo uma maior liberdade na construção curricular, de modo a assegurar-se uma maior ligação à região.	Parceiros da Rede, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, CCISP, Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
4.2. Articulação dos agentes formativos do turismo	2017 e 2018	Sensibilização do poder político para a necessidade de se garantir a articulação entre todos os agentes da dinâmica formativa em turismo, a qual é regulada e monitorizada por várias entidades (ANQEP, IEFP, ME, MCTES, A3ES, Turismo de Portugal).	Parceiros da rede, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Secretaria de Estado do Turismo, CCISP, A3ES, ANQEP, IEFP e Turismo de Portugal.	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
4.3. Cursos de nível 5	Até final de 2017	Concentração nos Institutos Superiores Politécnicos da responsabilidade exclusiva de ministrar cursos no turismo de qualificação europeia de nível 5.	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Secretaria de Estado do Turismo e CCISP.	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
4.4. Cooperação com as Escolas de ensino profissional do turismo	Até final de 2018	Criação de mecanismos de cooperação com as escolas de ensino profissional do turismo ao nível regional, nomeadamente com as pertencentes à rede do Turismo de Portugal, de forma a complementar as ofertas formativas e a proporcionar aos alunos uma perspetiva de continuidade no ensino do turismo.	Parceiros da rede, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Secretaria de Estado do Turismo, CCISP, IEFP e Turismo de Portugal.	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
4.5. Realização de reuniões regulares com a tutela	2017 a 2020	Realização de reuniões regulares com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior para monitorização das ações a desenvolver pela Rede.	Parceiros da Rede e Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior.	Comissão Executiva.	
4.6. Regulamentação e certificação profissional	2017 a 2020	Sensibilização do poder político para as vantagens decorrentes da regulamentação profissional de atividades relacionadas com o turismo.	Parceiros da rede, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Secretaria de Estado do Turismo,	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
4.7. Financiamento dos cursos de turismo	2017 a 2020	Sensibilização da tutela para a adoção de critérios justos no financiamento dos cursos de turismo, o quais possuem custos associados elevados, decorrentes da componente prática e laboratorial, pelo que não podem possuir a mesma ponderação de que os cursos "de lápis e papel".	Parceiros da Rede, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e CCISP.	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
4.8. Desenvolvimento de ações de formação em contexto laboral	Até final de 2017	Desenvolvimento de ações de formação em contexto laboral, em colaboração com o Turismo de Portugal e os agentes turísticos regionais. Criação de programas Hotéis-Escola e Restaurantes-Escola, os quais passam pelo aproveitamento das unidades em funcionamento, para através das suas instalações e serviços, possibilitarem aos alunos a vivência da rotina do trabalho, com clientes e desafios reais. ☑	Parceiros da Rede, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e CCISP.	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	

Programa 5 - Relações com os stakeholders

Ações	Prazo de execução	Descrição	Interlocutores	Responsável	Observações
5.1. Auscultação dos atores turísticos sobre a estrutura dos cursos e os programas das unidades letivas	2017 a 2020	Participação dos atores turísticos na definição dos conteúdos das unidades letivas.	Parceiros da Rede, Associações Empresariais do Turismo e Entidades Regionais do Turismo.	Parceiros da Rede.	
5.2. Reforço de projetos em parceria com os stakeholders	2017 a 2020	Incentivar a participação ativa dos docentes em projetos e iniciativas em estreita ligação com o mercado de trabalho e com os agentes públicos e privados dos territórios em que se inserem, devendo este elemento ser reconhecido, em contexto de avaliação, como um dos descritores de competências.	Parceiros da Rede, Associações Empresariais do Turismo, Entidades Regionais do Turismo, Câmaras Municipais e Associações de Desenvolvimento Regional.	Parceiros da Rede.	
5.3. Prestação de serviços especializada	2017 a 2020	Incrementar a prestação de serviços especializados aos atores turísticos como forma de dinamizar a investigação aplicada e de garantir um reforço das receitas próprias das suas instituições.	Parceiros da Rede, Associações Empresariais do Turismo, Entidades Regionais do Turismo, Câmaras Municipais e Associações de Desenvolvimento	Parceiros da Rede.	
5.4. Desenvolvimento de estruturas colaborativas com os parceiros locais e regionais do turismo	2017 a 2020	Incentivar a criação de laboratórios ou de outras estruturas colaborativas com os parceiros locais e regionais do turismo, de forma a estimular o emprego científico e a interação com as empresas e as instituições culturais, ambientais e sociais.	Parceiros da Rede, Associações Empresariais do Turismo, Entidades Regionais do Turismo, Câmaras Municipais e Associações de Desenvolvimento Regional.	Parceiros da Rede.	
5.5. Dignificação das profissões turísticas	2017 a 2020	Desenvolvimento de ações de sensibilização junto dos empresários do turismo de forma a consciencializá-los sobre a importância da valorização das carreiras profissionais, da opção por relacionamentos laborais mais estáveis e duráveis e da aposta permanente na formação dos seus ativos.	Parceiros da Rede, Associações Empresariais do Turismo, empresas turísticas, Entidades Regionais do Turismo, Câmaras Municipais e Associações de Desenvolvimento Regional.	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
5.6. Candidaturas ao Orçamento Participativo da Ciência	2017	Sensibilização para a apresentação de candidaturas regionalizadas sobre rotas de gastronomia.	Parceiros da Rede, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Câmaras	Parceiros da Rede.	

Programa 6 - Internacionalização

Ações	Prazo de execução	Descrição	Interlocutores	Responsável	Observações
6.1. Inserção em redes europeias	2017 a 2020	Estímulo da inserção em redes europeias de âmbito politécnico com cursos no turismo, tendo em vista a facilitação da internacionalização.	Parceiros da Rede e Escolas Europeias de Ensino Superior Politécnico.	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
6.2. Incentivo à mobilidade dos alunos	2017 e 2018	Incentivo à mobilidade dos alunos a nível internacional, já que a mesma facilita também a aprendizagem/aperfeiçoamento de um idioma, o que se repercute na vantagem de chegada ao mercado de trabalho com competências linguísticas devidamente incrementadas.	Parceiros da Rede e Escolas de Ensino Superior Politécnico na Europa.	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
6.3. Programas de formação nos países lusófonos	2017 a 2020	Levantamento das iniciativas em curso e promoção de intercâmbios institucionais com os países de língua oficial portuguesa, no âmbito dos quais se assegure a mobilidade dos alunos e a participação de elementos do pessoal docente e não-docente em atividades de ensino e/ou investigação e desenvolvimento profissional; levantamento das iniciativas em curso.	Parceiros da Rede e Escolas de Ensino Superior Politécnico nos Países de Língua Oficial Portuguesa.	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	

Programa 7 - Conferências e reuniões

Ações	Prazo de execução	Descrição	Interlocutores	Responsável	Observações
7.1. Realização de um Congresso anual	Abril 2017 (1.ª edição)	Congresso anual e rotativo por todas as Instituições de Ensino Superior Politécnico da Rede.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
7.2. Realização de um encontro anual com as associações empresariais e profissionais do turismo	2017 a 2020	Encontro a promover anualmente entre a Rede e as principais Associações empresariais e profissionais do setor do turismo.	Parceiros da Rede e as principais Associações nacionais e regionais do setor.	Comissão Executiva.	
7.3. Reuniões trimestrais da Rede	janeiro de 2017	Cumprimento das disposições do regulamento de funcionamento da Rede.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva.	
7.4. Sessões conjuntas dos Institutos Superiores Politécnicos no âmbito da formação e da investigação	2017 a 2020	Organização de conferências, sessões de formação e reuniões conjuntas no âmbito de atividades de disseminação e extensão de iniciativas de formação e de investigação.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	

Programa 8 - Comunicação

Ações	Prazo de execução	Descrição	Interlocutores	Responsável	Observações
8.1. Apresentação do Portal/Plataforma Web	Março de 2017	Sessão pública de lançamento da plataforma Web/Portal.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
8.2. Difusão das iniciativas da Rede e dos Politécnicos	Março de 2017	Criação de um calendário de iniciativas da Rede e dos Institutos Superiores Politécnicos com cursos de turismo.	Parceiros da Rede	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
8.3. Presença em Feiras do Turismo	Setembro de 2017	Estudo da possibilidade de integração da Rede, sempre que se revele pertinente, nas iniciativas de promoção turística promovidas ou participadas pelo Turismo de Portugal, designadamente nas feiras internacionais de turismo.	Parceiros da Rede, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Turismo de Portugal e CCISP	Comissão Executiva e parceiros da Rede.	
8.4. Produção de um portfólio da formação e I&D em Turismo	Até Junho de 2017	Organização de um portfólio atualizado da formação e I&D em turismo, como ferramenta de internacionalização e diplomacia científica, que possa ser integrado nas atividades e iniciativas promovidas pelo Turismo de Portugal, nomeadamente, nas feiras internacionais de turismo.			